

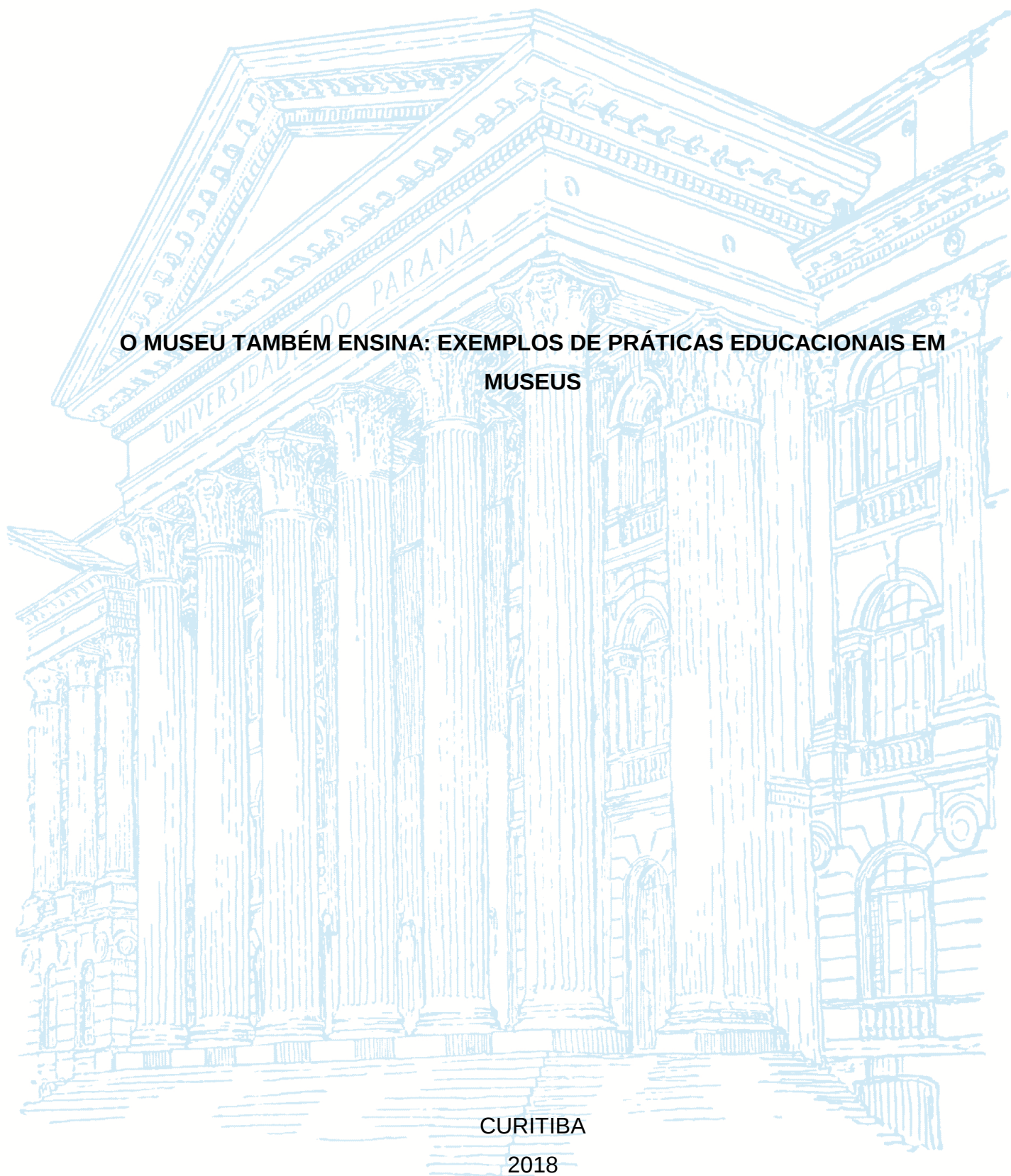
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

KELLY DIONISIO DE SOUZA

**O MUSEU TAMBÉM ENSINA: EXEMPLOS DE PRÁTICAS EDUCACIONAIS EM
MUSEUS**

CURITIBA

2018



KELLY DIONISIO DE SOUZA

**O MUSEU TAMBÉM ENSINA: EXEMPLOS DE PRÁTICAS EDUCACIONAIS EM
MUSEUS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito parcial à conclusão do Curso de
Pedagogia, do Setor de Educação, da
Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Professora Doutora Ana Claudia
Urban.

CURITIBA

2018

Ao Museu de História Nacional que tanto nos ensinou e proporcionou descobrimentos, que minha obra também possa seguir esse propósito.

Às futuras gerações de alunos(as) e colegas de trabalho que se interessam pelo tema.

Aos meus antepassados que não tiveram essa oportunidade.

Ao meu eu do passado que teve tantos sonhos... e muitos deles realizou neste curso de graduação de Pedagogia da Universidade Federal do Paraná.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por me permitir chegar até aqui.

À Universidade Federal do Paraná, seu corpo docente, direção e administração pela orientação e a oportunidade de cursar essa graduação.

Aos meus pais e irmãos pelo incentivo, amor e apoio.

À minha professora orientadora Professora Dra. Ana Claudia Urban pela ajuda, sabedoria, confiança e paciência no período da construção desta pesquisa.

Aos colegas acadêmicos(as) de Pedagogia que conviveram durante essas anos comigo.

Às pessoas que amo muito que torceram e me apoiaram durante os dez períodos.

E a todos que direta ou indiretamente fizeram parte da nossa formação, o meu muito obrigado.

[...] é preciso que a educação esteja - em seu conteúdo, em seus programas e em seus métodos - adaptada ao fim que se persegue: permitir ao homem chegar a ser sujeito, construir-se como pessoa, transformar o mundo, estabelecer com os outros homens relações de reciprocidade, fazer a cultura e a história [...] uma educação que liberte, que não adapte, domestique ou subjogue. (FREIRE, 2006, p. 45).

RESUMO

O presente trabalho se propôs a expor as práticas educativas de cinco museus do Brasil como Trabalho de Conclusão do Curso Superior de Pedagogia da Universidade Federal do Paraná. Para tanto, além do breve resgate histórico dos museus no país, foi contemplada as diversas definições da função social da mesma e a descrição de uma prática educativa da região Norte, Nordeste, Centro-oeste, Sudeste e Sul do país. O relato destas experiências educativas em ambiente museal teve o intuito de reafirmar a característica que espaços não-escolares evidenciam a necessidade de articular o trabalho museológico com o pedagógico. Entre eles, percebeu-se a diversidade de publicação que retratam tais ações no espaço em questão, logo os(as) autores que foram as referências no que se refere as experiências educacionais. O trabalho permitiu refletir sobre as características e metodologias próprias das ações educativas que são realizadas em espaço museal, também é preciso considerar que tais práticas contribuem para a aproximação do museu com a comunidade.

Palavras-chave: Museu. Passado. Ações Educativas. Espaço não-escolar.

Pedagogia.

ABSTRACT

The present work set out to expose the educational practices of five museums in Brazil as the Conclusion Work of the Superior Course of Pedagogy of the Federal University of Paraná. In addition to the brief historical rescue of the museums in the country, the various definitions of the social function of the museum and the description of an educational practice of the North, Northeast, Midwest, Southeast and South of the country were considered. The report of these educational experiences in a museum environment had the purpose of reaffirming the characteristic that non-school spaces show the need to articulate the museological work with the pedagogical work. Among them, it was noticed the diversity of publications that portray such actions in the space in question, thus the authors who were the references in what refers to educational experiences. The work allowed to reflect on the characteristics and methodologies proper to the educational actions that are carried out in museum space, it is also necessary to consider that such practices contribute to the approximation of the museum with the community.

Keywords: Museum. Past. Educational Actions. Non-school space. Pedagogy.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

MAPA 1 - MUSEUS POR UNIDADE FEDERATIVA.....	19
---	----

LISTA DE ABREVIATURAS OU SIGLAS

ABRAM - Agência Brasileira de Museus
ANPED - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
ANPUH - Associação Nacional de História
CDHIS - Centro de Documentação e Pesquisa Histórica
CNM - Cadastro Nacional de Museus
CPNEM - Caderno do Programa Nacional de Educação Museal
FNPM - Fundação Nacional PróMemória
IBRAM - Instituto Brasileiro de Museus
IBPC - Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural
IHGB - Instituto Histórico Geográfico Brasileiro
IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
LIBRAS – Língua brasileira de sinais
MAE/USP - Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo
MAM Rio - Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro
MAM São Paulo - Museu de Arte Moderna de São Paulo MDCI
MASC - Museu de Arte de Santa Catarina
MDIC - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio
MHN - Museu de História Nacional
MinC - Ministério da Cultura
MINOM - Movimento Internacional da Nova Museologia
MM - Museu da Morfologia
MnBA - Museu Nacional de Belas Artes MG
NAE Pinacoteca - Núcleo de Ação Educativa da Pinacoteca
PNEM - Programa Nacional de Educação Museal
RJ - Rio de Janeiro
SPHAN - Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
TIC's - Tecnologias da Informação e Comunicação
UFAM - Universidade Federal do Amazonas
UFBA - Universidade Federal da Bahia
UFG - Universidade Federal de Goiás
UFGRS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFPR - Universidade Federal do Paraná

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	1
2	PERCURSOS HISTÓRICOS DOS MUSEUS NO BRASIL: ALGUMAS REFLEXÕES.....	4
2.1	AS PRIMEIRAS INSTITUIÇÕES MUSEAIS NO BRASIL.....	4
2.2	A AMPLIAÇÃO DOS MUSEUS NO BRASIL.....	5
2.3	UM NOVO PERFIL DOS MUSEUS NO BRASIL.....	6
2.4	A CONTÍNUA EXPANSÃO DOS MUSEUS NO TERRITÓRIO BRASILEIRO.....	6
2.5	AS DISCUSSÕES NO MUNDO E NO BRASIL SOBRE OS MUSEUS: UMA TEMÁTICA EM DESTAQUE.....	8
3	ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE A FUNÇÃO SOCIAL DO MUSEU.....	10
3.1	CONSIDERAÇÕES SOBRE O AMBIENTE MUSEAL.....	11
3.2	AS MUDANÇA NAS AÇÕES EDUCATIVAS DO AMBIENTE MUSEAL.....	13
4	AÇÕES EDUCACIONAIS NO ESPAÇO MUSEAL.....	16
4.1	MUSEU AMAZÔNICO.....	17
4.2	MUSEU DO CEARÁ.....	18
4.3	MUSEU DE MORFOLOGIA.....	20
4.4	PINACOTECA DO ESTADO DE SÃO PAULO.....	21
4.5	MUSEU DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL.....	24
5	ANÁLISE DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NO ESPAÇO MUSEAL.....	27
5.1	A FUNÇÃO DO PEDAGOGO NO ESPAÇO MUSEAL.....	27
6	CONCLUSÃO.....	29
	REFERÊNCIAS.....	31

1 INTRODUÇÃO

Os museus brasileiros são de suma importância para a divulgação, propagação, apresentação e ligação para a sociedade de diversos temas e assuntos. Dentre eles: as artes, ciências, tecnologias, culturas, etnologias, a arqueologia, etc. Indiferente da temática museal é necessário que este espaço planeje suas ações internas e externas. Os tipos de ações pedagógicas adotadas neste espaço e os seus objetivos surgiram com a transformação do seu conceito. Mesmo tratando-se de um espaço não-escolar que promove ações educativas é fundamental a interação entre a Museologia e Pedagogia.

A Política Nacional de Educação Museal (PNEM) foi construída a partir da participação dos envolvidos no Programa Nacional de Educação Museal. Os servidores do Instituto Brasileiro de Museus, educadores museais, Redes de Educadores em Museus, professores dos diversos níveis e esferas de ensino, estudantes, profissionais e usuários de museus; engendraram um documento de caráter fundamental para a organização e desenvolvimento do campo da educação nos museus brasileiros. O seu conjunto de informações são “princípios e diretrizes com o objetivo de nortear a realização das práticas educacionais em instituições museológicas, fortalecer a dimensão educativa em todos os espaços do museu [...]” (BRASIL, 2017, p. 1), subsidiando, assim, a ação de seus educadores.

O presente trabalho teve como problema “Quais as possibilidades de ações educativas nos museus do Brasil?”. Para responder à questão foram delimitados os objetivos: fazer um estudo bibliográfico sobre o histórico das instituições museais no Brasil; apresentar a função social do museu; explanar sobre propostas educacionais realizadas no espaço museal.

A metodologia da pesquisa se deu por meio de uma pesquisa bibliográfica que trata desse tema. Lima e Miotto (2007, p.38) consideram que esse processo de pesquisa “[...] se constitui em uma atividade científica básica que, através da indagação e (re) construção da realidade, alimenta a atividade de ensino e a atualiza frente à realidade.”.

Esta pesquisa buscou apresentar a função social do museu, para tanto a reflexão foi sistematizada a partir das seguintes publicações: da Luciana Conrado

Martins¹ o artigo “Como é criado o Discurso Pedagógico dos Museus? Fatores de Influência e Limites para a Educação Museal” (2015); “Dinâmicas do Campo Recontextualizador Oficial no Funcionamento das Ações Educacionais dos Museus” (2011) e “A Experiência Museal: Discutindo a Relação dos Museus com seus Visitantes na Contemporaneidade” (2015). No segundo, ela construiu em conjunto com a Manuelina M^a Duarte Cândido² e Gabriela Aida³.

A fundamentação sobre os conceitos de passado, educação patrimonial e concepção de patrimônio foram apoiados nos seguintes autores: Júlio César Virgílio da Costa em seu artigo “O Ensino de História mediado pelo museu: tempos, conceitos e patrimônio” de 2012, Maria Auxiliadora Schmidt⁴ no trabalho intitulado “Os Significados do Passado na Aprendizagem e na Formação da Consciência Histórica de Jovens Alunos” e também na obra “O Saber Histórico na Sala de Aula” organizada por Circe Bittencourt (1998) que aponta importantes reflexões, especialmente por meio do capítulo “Por que visitar museus”, escrito por Adriana Mortara Almeida e Camilo de Mello Vasconcellos.

Com a intenção de organizar as informações que integram essa pesquisa o trabalho foi dividido em quatro capítulos: o primeiro é a introdução da pesquisa, no segundo capítulo “Percursos Históricos dos Museus no Brasil: Algumas Reflexões” onde é apresentada uma breve revisão do histórico dos museus no Brasil a partir dos documentos: “Plano Museal 2010/2020” (2010) e os “Subsídios para a Elaboração de Planos Museológicos” (2016) publicados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

O terceiro capítulo “Algumas Reflexões Sobre a Função Social do Museu” aborda a função social do museu e dos seus programas. Para esta reflexão as referências foram os documentos publicados pelo Instituto Brasileiro de Museus, são eles: a “Política Nacional de Museus” (2007) e a “Política Nacional de Educação Museal” (2017); também “Educação Patrimonial Histórico, Conceitos e Processos”

¹ Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo. Sócia-diretora da empresa Percebe, pesquisa, consultoria e treinamento educacional, na qual desenvolve projetos educacionais para museus, exposições e formação de educadores e professores.

² Universidade Federal de Goiás.

³ Pinacoteca do Estado de São Paulo.

⁴ Professora e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná. Coordenadora do Laboratório de Pesquisa em Educação Histórica PPGE-UFPR.

(2014) publicado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Assim como os seguintes autores: Almeida e Vasconcelos (1998), Ramos (2004), Costa (2012) e Cândido, Aidar e Martins (2015).

No quarto capítulo “Ações Educacionais No Espaço Museal” são expostas as práticas educativas dos museus escolhidos. A escolha fez-se no critério de publicações anteriores à Política Nacional de Educação Museal (2017), publicações de museus de domínio público, no sentido de estarem na dependência do Estado central ou da administração local ou regional. As experiências pautaram-se a partir de publicações de autores(as) ligados(as) a cada museu e a essa experiência. Os autores são: Patrícia Rodrigues da Silva⁵ com o artigo “O Museu no Ensino de História: Buscando Novas Possibilidades” (2010); o livro publicado por Francisco Régis Lopes Ramos intitulado “A Danação do Objeto - o Museu no Ensino de História” (2004); o artigo escrito por João Roberto da Mata, Fabiana Ribeiro da Mata, Paulo César Moreira e Tales Alexandre Aversi-Ferreira intitulado “Ações Educativas do Museu de Morfologia” (2011); Mila Chiovatto em seu artigo “Ação Educativa: Mediação Cultural em Museus”, publicado em 2010 e Gabriela Correa da Silva “Ação Educativa em Museus: uma experiência no Museu da UFRGS” (2014).

⁵ Professora do Instituto de Ciências Humanas e Letras (ICHL) da Universidade Federal do Amazonas e Doutora de História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. (PUC-SP).

2 PERCURSOS HISTÓRICOS DOS MUSEUS NO BRASIL: ALGUMAS REFLEXÕES

O documento com o título “Subsídios Para a Elaboração de Planos Museológicos” publicado pelo IBRAM em 2016, no capítulo “Museus no Brasil: História e Política” discorre sobre o histórico dos Museus no Brasil.

2.1 AS PRIMEIRAS INSTITUIÇÕES MUSEAIS NO BRASIL

Os “Subsídios Para a Elaboração de Planos Museológicos” publicado pelo IBRAM de 2016 discorre em seu primeiro capítulo “Museus no Brasil: História e Política” o resgate histórico dos museus no Brasil refletindo tanto sobre as temáticas que essas instituições apresentavam quanto a característica política ligada a mesma.

Segundo esse documento, a primeira “experiência” museológica foi uma iniciativa de Maurício de Nassau. Ele construiu um palácio que ficou conhecido como Palácio de Vrijburg, em português Friburgo, em Pernambuco no século XVII (na época que a dominação holandesa estava consolidada). Neste foram colocados para exposição exemplares da flora e fauna desta mesma região. Também, pinturas dos holandeses Frans Post e Albert Eckhout. Um século depois, Dom Luiz de Vasconcellos que era o vice-rei do Brasil, originou a “Casa de História Natural” que popularmente era chamada de “A Casa dos Pássaros”. O documento explica que esse local era responsável pela coleta e preparação dos animais que iriam viajar para Portugal. Ela fechou em 1813 com uma deliberação do príncipe regente.

Três anos depois, a Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios foi criada pela Família Real Portuguesa que teve sua chegada em 1808. O “Subsídios Para a Elaboração de Planos Museológicos” (2016) expõem que essa instituição educacional daria lugar mais tarde ao Museu Nacional de Belas Artes. O primeiro museu brasileiro foi fundado em 1818 - Museu Real - pela expedição do documento “Atos Memoráveis”, a sua localização era no Campo de Santana que hoje infelizmente o ilustre Museu Nacional fisicamente foi destruído, porém ainda vive no coração de toda a nação.

O mesmo documento ainda explica que o Museu Real foi fundado porque a coroa portuguesa queria consolidar uma edificação designada aos saberes

científicos e para mais seguir esse viés o museu organizou-se com a temática “História Natural”. O acervo era constituído por:

[...] exemplares de objetos coletados por naturalistas durante suas viagens, instrumentos e coleções mineralógicas, artefatos indígenas, objetos doados pela Família Real, e até mesmo a coleção da “Casa dos Pássaros”, que foi incorporada a esse acervo. D. João VI, no Decreto de criação do Museu Real, datado de 6 de junho de 1818 [...]. (BRASIL, 2016, p. 9).

Nesses exemplos que a publicação explicita percebe-se que a temática do museu buscava apresentar dentro dos monumentos ou casarões a beleza da fauna e flora da colônia e país.

2.2 A AMPLIAÇÃO DOS MUSEUS NO BRASIL

O documento destaca outras experiências de caráter museológico que surgiram apoiados por recursos particulares. No Rio de Janeiro em 1838, no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), em seu estatuto determinava a função de reunir e organizar as matérias referentes à história e à geografia brasileiras. No ano de 1866 no estado do Pará foi fundada a Associação Philomática - Amigos da Ciência - que tinha como um dos fundadores Louis Agassiz⁶. Em 1871 essa Associação tornou-se conhecida pelo nome Museu Paraense e em 1900, o museu ganhou o nome de Museu Goeldi como uma homenagem ao zoólogo suíço Emilio Goeldi. Segundo o documento, com o Estado Novo já instaurado, trinta anos depois, o museu passou por reformas estruturais e por uma nova alteração de nome, passando a se chamar Museu Paraense Emilio Goeldi conhecido assim até os dias de hoje.

Os “Subsídios Para a Elaboração de Planos Museológicos” (2016) ainda apresenta que no século XIX, no Brasil, foram inaugurados os seguintes museus: Museu do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico de Pernambuco (1862), Museu do Exército (1864), Museu da Marinha (1868), Museu Paranaense (1876). O documento expõe que na época republicana brasileira houve o acréscimo da quantidade de instituições museológicas nas províncias brasileiras, dentre elas estão

⁶ “[...] professor suíço que chefiou uma expedição científica nos anos de 1865 e 1866.” (BRASIL, 2016, p. 9)

o Museu do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (1894) e o Museu Paulista (1895).

2.3 UM NOVO PERFIL DOS MUSEUS NO BRASIL

Os “Subsídios Para a Elaboração de Planos Museológicos” publicado pelo IBRAM (2016) relata que as mudanças políticas e sociais do país ocorridas no século XX auxiliaram no crescimento do sentimento nacionalista brasileiro, não obstante houve a metamorfose cultural no campo das artes naquele período com a Semana de Arte Moderna de 1922 em São Paulo. Segundo o documento essa fase tornou-se uma significativa referência para o âmbito cultural e para o nascimento de novos museus no Brasil. Simultaneamente, ocorreram acontecimentos políticos intensivos como a Revolta dos 18 do Forte de Copacabana do Rio de Janeiro e a fundação do Partido Comunista do Brasil.

O documento expõe que neste período republicano, emprega-se a ideia de implantação de um país no qual competiria às elites a função em destaque no andamento dos assuntos políticos e culturais em nível nacional.

Aponta também que a “criação” da nacionalidade faz parte deste contexto, assim como, o estudo no campo científico sobre a realidade brasileira se tornou assuntos fundamentais. É nesse contexto que é criado o Museu Histórico Nacional (MHN) que se inaugurou no mesmo ano da comemoração do centenário da independência do Brasil. A intenção desta instituição era ter um museu que relatasse o histórico da capital nacional do país – naquela época o Rio de Janeiro – para o culto dos “[...] os heróis e os atos mais notáveis da história brasileira.” (BRASIL, 2016, p. 12). Segundo a publicação, tentava-se na época definir dessa forma a verdadeira nação brasileira apoiando-se fortemente na índole militar, logo os objetos expostos tinham como base símbolos do “passado nacional” (estandartes, espadas, bandeiras, uniformes, etc.).

2.4 A CONTÍNUA EXPANSÃO DOS MUSEUS NO TERRITÓRIO BRASILEIRO

O Subsídio apresenta o órgão que supervisiona os museus no ano de 1934, a Inspetoria dos Monumentos Nacionais que fazia parte de um departamento do MHN. Suas primeiras ações foram restaurações no estado de Minas Gerais, essa

inspetoria foi extinta e logo substituída por um projeto de preservação organizado pelos modernistas em 1937 com a criação da Lei nº 378, concretizando assim a existência do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan), atualmente esse é o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), segundo os “Subsídios Para a Elaboração de Planos Museológicos” (2016).

Segundo esse documento, no mesmo ano no qual foi criado o Sphan instaurou-se também o Museu Nacional de Belas Artes (MnBA), que tinha em sua reserva técnica as obras de arte trazidas por Dom João VI. Logo houve uma ampliação desse acervo com obras dos artistas participantes da missão. O documento também coloca que o MnBA constituía-se, como um museu caracterizado com o padrão escolar, com coletânea de obras de artes plásticas do período padronizadas, logo o documento apresenta que essas características fez com que este espaço refleti-se o formato europeu de museu, perdendo assim a característica brasileira.

Além do Museu Histórico Nacional e do Museu Nacional de Belas Artes, outras instituições como essas surgiram no início da década de trinta do século XX e expandiu-se nas duas décadas seguintes em direção aos chamados “anos dourados”.

Ainda assim, o documento apresenta os museus criados neste recorte temporal, foram eles: o Museu da Inconfidência (1938, em Ouro Preto-MG), o Museu das Missões (1940, em Santo Ângelo-RS) e o Museu do Ouro (1945, em Sabará-MG). Seguindo para a década de 1940 surgem diversos museus com tema principal a Arte, foram eles: Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand (MASP) (em 1947), Museu de Arte Moderna de São Paulo (MAM/SP) (em 1948), Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro (MAM/RJ) (criado em 1948 e instalado em 1958), e Museu de Arte Moderna de Florianópolis (em 1949), hoje é Museu de Arte de Santa Catarina (MASC). Esses museus contribuíram como cenários de descobertas e de ações dos grupos artísticos nacionais, segundo o documento.

Na década de 1960, outros museus de arte foram inaugurados: Museu de Arte Moderna da Bahia (1960), Museu de Arte da Universidade Federal do Ceará (1961), Museu de Arte Contemporânea da Universidade de São Paulo (1963), entre outros. Nas últimas décadas do século XX, a função dos museus e as suas mensagens voltaram-se a serem debatidos pelo público que visitava, ou seja, os patrimônios escolhidos para serem apresentados receberam críticas. Seguindo o

movimento da última década, refletiu-se cada vez mais sobre qual era o papel dessas instituições museais dentro e para com a sociedade. Não obstante houve a expansão do termo patrimônio que passou a incluir os espaços naturais, na construção dos “ecomuseus” com o encorajamento de cooperação na organização desses territórios.

2.5 AS DISCUSSÕES NO MUNDO E NO BRASIL SOBRE OS MUSEUS: UMA TEMÁTICA EM DESTAQUE

Os “Subsídios Para a Elaboração de Planos Museológicos” (2016) relata que internacionalmente foi um significativo marco a Mesa Redonda de Santiago, no Chile, nos dias 20 a 31 de maio de 1972. Segundo o documento, nesta ocasião foi “[...] quando os participantes discutiram o papel do museu na América Latina, chegando-se ao conceito de “Museu Integral”⁷.” (BRASIL, 2016, p.17). Podemos assim, falar em um novo aspecto, ou seja, uma “Nova Museologia” que se reiterou em 1984 com a Declaração de Quebec no Canadá e com o Movimento Internacional da Nova Museologia (MINOM), fundado em 1985, em Lisboa, Portugal. Nessa mesma época, iniciou-se a construção do Museu Didático-Comunitário de Itapuã (MDCI), na cidade de Salvador, segundo ele. Com sua sede no Colégio Estadual Governador Lomanto Júnior, ele foi criado por mérito dos moradores desse mesmo bairro, de estudantes e também professores da escola, posteriormente de uma proposta realizada pelos graduandos em Museologia da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

As mudanças que ocorreram no Brasil e no mundo nesta época contribuíram para a ampliação das visões de sociedade e cultura, logo se deu o efeito de ampliação e construção de museus que além de temáticos também tinham o foco biográfico. Segundo essa publicação ainda, o processo de redemocratização brasileira e a falta de identidade nacional que se atrelava a busca da múltipla cultura

⁷ “Defendemos, aqui, que o Museu Integral se fundamenta não apenas na musealização de todo o conjunto patrimonial de um dado território (espaço geográfico, clima, recursos naturais renováveis e não renováveis, formas passadas e atuais de ocupação humana, processos e produtos culturais, advindos dessas formas de ocupação), ou na ênfase no trabalho comunitário, mas na capacidade intrínseca que possui qualquer museu (ou seja, qualquer representação do fenômeno Museu) de estabelecer relações com o espaço, o tempo e a memória – e de atuar diretamente junto a determinados grupos sociais.” (SCHEINER, 2012, p. 19).

brasileira, logo os museus e instituições culturais tornaram-se meios de apresentar e até enaltecer essas características.

As políticas públicas de Estado da época no setor museal deu-se tanto contribuições quanto incentivos, um dos exemplos seria a implementação do Programa Nacional de Museus em 1982, no setor da Fundação Nacional PróMemória (FNPM). Segundo os “Subsídios Para a Elaboração de Planos Museológicos” (2016), ela foi criada em 1979, com a direção de Aloísio Magalhães. Não obstante, o Sistema Nacional de Museus surgiu em 1986, este sistema visava criar a articulação e o apoio financeiro de projetos museológicos. A FNPM que foi um órgão simultâneo ao Sphan, porém ambos se extinguíram em 1990 e substituído pelo Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC), segundo a mesma publicação.

Foi possível perceber nesta breve síntese do histórico dos museus as mudanças de estrutura, organização e dos objetivos que permearam os museus no Brasil. Foi imprescindível que conforme a complexidade do espaço museal que ele adquiriu fez-se necessário à criação de órgãos ou institutos regulamentadores do espaço museal. Logo, iremos compreender melhor a função social desse espaço na atualidade tanto pela legislação quanto por autores(as) estudiosos(as) dessa área.

3 ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE A FUNÇÃO SOCIAL DO MUSEU

O presente capítulo contempla os documentos regulamentadores das propostas e ações dos museus no Brasil. Também, detalharemos a fundamentação legal das ações educativas, assim como os(as) pesquisadores(as) que discorrem sobre a relação entre este espaço e a sociedade.

A Política Nacional de Museus publicada pelo Instituto do Patrimônio Artístico e Histórico Nacional em 2007 apresenta que em uma sociedade como a brasileira existe complexidade devido às diversas manifestações culturais. Logo em consonância com as políticas públicas a função do museu faz-se pela possibilidade de reconhecer e apresentar o patrimônio cultural, sendo assim, um instrumento programado para aperfeiçoar os recursos democráticos.

O mesmo documento destaca que com os trabalhos de Waldisa Russio houve uma renovação e nova inspiração para “[...] uma museologia popular, politicamente engajada e comprometida com os processos de transformação social.” (BRASIL, 2007, p. 20). Coloca ainda que quando se apresentou o campo da musealização como um caminho para a prática social específica, ocorreu uma saída dos museus oficiais, ou seja, passou-se a perceber que diversas culturas poderiam ser expostas no museu.

A Política Nacional de Museus expõe a centralização no cenário político e cultural que os museus obtiveram nos tempos atuais, ou seja, abandonou-se a concepção que nesses locais eram “[...] casas onde se guardam relíquias de um certo passado ou, na melhor das hipóteses, como lugares de interesse secundário do ponto de vista sociocultural.” (BRASIL, 2007, p. 20).

Segundo a Política Nacional de Museus, foi necessário empenho para idealizar esse novo molde de museu e, concomitantemente, organizar a sistematização dessas novas práticas sem deixar de explicitar as distinções em comparação de outros modelos teóricos. Em 1970 Hugues de Varine buscou “[...] desenhar uma concepção de museu que substituísse as noções de público, coleção e edifício pelas de população local, patrimônio comunitário e território ou meio ambiente.” (BRASIL, 2007, p. 21).

Considerando as renovações no campo museal, a Política Nacional de Museus de 2007 apresenta que ao definir-se esse espaço, encontra-se indubitável o aspecto humano - no sentido de espécie - dos museus. Isto é, “também são fontes

de sonho e de criatividade e pontes que nos conectam com o futuro – um futuro que muitas vezes desperta no passado” (BRASIL, 2007, p. 35). Não obstante, a dedicação a esses espaços deve-se transparecer em um projeto consistente de amplificação do valor dos museus, sem abandonar o ponto de vista da crítica. A seguir serão abordadas argumentações de profissionais e/ou pesquisadores(as) da área de museologia ou historiografia.

3.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE O AMBIENTE MUSEAL

Além das publicações que regulamentam as práticas dos museus, autores(as) mantêm reflexões sobre o assunto para enriquecer a área. Partindo da perspectiva de Costa (2012), há a consideração de que “[...] o museu é um espaço de educação relacional e que possui como característica, a polifonia.” (COSTA, 2012, p. 1), para ele essas instituições culturais apresentam algo que acarreta em um fascínio por parte do público que o visita, sendo ele escolar ou não. O autor acredita que neste espaço, possa ocorrer a passagem e, além disso, uma prática pedagógica que proporcione uma educação que leve o(a) visitante a um estado de sensibilidade, logo ajudando-o na construção de uma conduta mais criteriosa e meditativa sobre as presenças de diferentes grupos sociais. O autor também declara as bases da sua discussão sobre o museu e o ensino de História que se constrói com o perpassar de três pilares:

1ª) acreditamos que todo museu é um museu de história; 2ª) A educação não se processa apenas em espaços formais de ensino-aprendizagem e; 3ª) os “objetos geradores”⁶ contidos nos museus possibilitam inúmeras leituras e narrativas. (COSTA, 2012, p. 2).

A partir do que Costa (2012) apresenta em seu 1º ponto podemos aprofundar a observação de que todos os museus que não tem a temática da História definida como a principal, ela encontra-se sub-entendida. Porque os processos de concepção do mundo e dos processos que o rodeia se alteram conforme o tempo.

Existem diferentes formas de definir o museu, para os autores Manuelina M. D. Cândido, Gabriela Aidar, Luciana Conrado Martins há uma concordância sobre o

que Mário Moutinho (2008) coloca sobre esse espaço. Eles apresentam uma definição de que os museus deveriam customizar suas ações, ou seja:

é imprescindível que os museus, se desejam mesmo estar a serviço da sociedade, compreendam e se aproximem do que é esperado de prestadores de serviços, cuja atuação tem como características fundamentais a inseparabilidade, a variabilidade, a intangibilidade e a perecibilidade. (CÂNDIDO; AIDAR; MARTINS, 2015, p. 310-311).

Adotando-se as quatro características de ações citadas acima, segundo os autores, acarretaria em uma mudança na forma com que o museu atua na sociedade. Portanto, poder-se-ia ampliar o campo das ideias e diminuir a forma de exposição dos objetos, compreender que existe uma duração limitada para a justificação da importância do objeto exposto. Não obstante, fazer-se fundamental distinguir o limite de utilidade, ou seja, a exposição solicita a atualização para estabelecer a sensibilidade à necessidade de cada indivíduo que visita esse espaço. Os autores ainda colocam que a ampliação da noção de cultura expandiu as possibilidades de participação de todo tipo de público nos setores decisórios dos museus, sendo assim, diferentes manifestações culturais passaram a coexistir no espaço museal. Eles chamam a “Nova Museologia”⁸ e “Museologia social”⁹, pensando assim mais ênfase no grupo social do que no indivíduo.

Segundo os autores Almeida e Vasconcellos (1998) há necessidade de compreender quais são as mensagens apresentadas pela exposição e reconstruir os seus significados partindo delas. Para esses autores:

Em primeiro lugar: há um problema quanto à concepção das exposições que os próprios museus reforçam freqüentemente. Muitas vezes elas são apresentadas como uma reunião de objetos em vitrinas com etiquetas informativas, o que concorre para uma total dispersão e desinteresse do público visitante e para uma imagem dessas instituições, consideradas como “lugar de coisas velhas/distantes” e sem sentido para a vida de alunos. (ALMEIDA; VASCONCELOS, 1998, p. 106).

Os autores apontam a necessidade de colocar como objetivo dos museus a preocupação no momento em que ela constrói a sua mensagem museográfica para que seja entendível para os(as) leigos(as) o que foi apresentado, ou seja, para visitantes de todas as esferas sociais. Os autores consideram que a memória que o

⁸ (CÂNDIDO; AIDAR; MARTINS, 2015, p. 313).

⁹ (CÂNDIDO; AIDAR; MARTINS, 2015, p. 313).

espaço museal propicia provoca uma possibilidade de reflexão acerca do passado pela representação que o ambiente faz no momento futuro, “Assim, a constituição de uma memória está intimamente relacionada com as transformações que o presente lhe confere na reelaboração do passado” (ALMEIDA; VASCONCELLOS, 1998, p. 107), em outras palavras, a configuração da exposição está interligado com o que acontece no tempo atual e nas escolhas das pessoas responsáveis que vivem o hoje.

Schmidt (2011) ao apresentar a forma que deve-se iniciar os estudos do passado para a aprendizagem histórica presume “[...] uma ida ao passado por meio dos vestígios que dele encontramos no presente, pois esses vestígios fornecem a ponte para a entrarmos ao passado nele mesmo.” (SCHMIDT, 2011, p. 33-34). Por conseguinte, ela evidencia que o movimento de deslocar o estudo do passado é uma ação que constrói pontes, ou seja, partindo de frações do antigo que encontra-se em um determinado tempo presente.

É possível perceber pela Política Nacional de Museus publicada pelo Instituto do Patrimônio Artístico e Histórico Nacional em 2007 uma definição de que o campo educativo do museu é “um processo de múltiplas dimensões de ordem teórica, prática e de planejamento, em permanente diálogo com o museu e a sociedade.” (BRASIL, 2017, p. 1). A seguir, irá ser apresentada a fundamentação legal que objetiva regulamentar e orientar as ações educativas nos museus.

3.2 AS MUDANÇA NAS AÇÕES EDUCATIVAS DO AMBIENTE MUSEAL

O Caderno da Política Nacional de Educação Museal publicado pelo Instituto Brasileiro de Museus em 2018 apresenta no capítulo “Política Nacional de Educação Museal” um histórico breve da educação museal no Brasil, além de outros acontecimentos, expõe que o relatório escrito por Georges-Henri Rivière no Seminário Regional Latino-Americano da Unesco sobre o Papel Educativo dos Museus, realizado em 1958, no Museu de Arte Moderna, no Distrito Federal (atual cidade do Rio de Janeiro). O então presidente do Comitê Brasileiro do ICOM (International Council Of Museums Brasil) deixou visível a profunda relevância do dever que o museu tem na construção de atividades comprometidas com os vieses educativos, sociais, econômicos e políticos.

Segundo o documento, implementou-se uma nova referência teórica e prática da ação museológica nessas instituições. A partir dessa nova fundamentação, a caracterização do museu se ampliou adquirindo a função de educar a partir dessas discussões, auxiliando o ensino formal sendo uma ferramenta didática, ou seja, um prolongamento da escola. Logo, essa demanda apresentar-se-ia paralelamente aos outros planos das funções museológicas tradicionais, de acordo com essa publicação.

Costa (2012) após apresentar definições institucionais sobre a educação museal define o museu como “[...] um “espaço que suscita sonhos” que encanta e que produz narrativas.” (COSTA, 2012, p. 2). Logo, segundo este autor as exposições deveriam ser construídas com a intenção de trazer aos seus visitantes um impacto, uma comoção e cativar aqueles que caminham pela exposição.

O autor ainda explica que somente visitar uma exposição não realiza o processo educativo, pois não é algo imediato. Os objetos transmitem uma mensagem, comunicam algo e constroem novos significados. Portanto, esse espaço exige uma atitude de reflexão. Ramos (2004) em seu livro “A danação do objeto: o museu no ensino de história” apresenta que o museu abandonou o objetivo de enaltecer os personagens históricos do país ou a catalogação erudita do meio ambiente, ou seja, a reflexão crítica. “Se antes os objetos eram contemplados, ou analisados, dentro da suposta “neutralidade científica”, agora devem ser interpretados.” (RAMOS, 2004, p. 20). Segundo o autor o museu assume o cunho educativo quando estes materiais são colocados em exposição e abarcam um raciocínio questionador. Porém, somente isso não deve ser o ponto final. Ramos coloca a necessidade do desenvolvimento de programas com o objetivo de “[...] sensibilizar os visitantes para uma maior interação com o museu.” (RAMOS, 2004, p. 20-21).

Luciana Conrado Martins (2011) evidencia que os espaços museais têm se afirmado como um espaço ligado à educação, logo ocorrem discussões e pesquisas sobre as ações educativas nesses espaços, mesmo fazendo parte do âmbito da educação não formal. Segundo Martins os museus compõem-se em uma diversa gama de gêneros de acervos e arranjos institucionais, ou seja, abrangem uma larga extensão de possíveis práticas educativas que voltam-se aos públicos. Não obstante, pode-se perceber que o Caderno da Política Nacional de Educação

Museal é uma construção que irá auxiliar todos esses museus, não somente os que se estendem ao Patrimônio Cultural, mas também às artes, ciências e tecnologias.

O material “Educação Patrimonial - Histórico, Conceitos e Processos” de 2014, elucida que:

É imprescindível que toda ação educativa assegure a participação da comunidade na formulação, implementação e execução das atividades propostas. O que se almeja é a construção coletiva do conhecimento, identificando a comunidade como produtora de saberes que reconhece suas referências culturais inseridas em contextos de significados associados à memória social do local. (BRASIL, 2014, p. 20).

Tal ação possibilitadora de transformação dos sujeitos inseridos no coletivo coloca-se para romper com uma educação que reproduz informações, na qual não existe diálogo entre os participantes e nem mesmo reflexão crítica. Essa publicação resgata um pensamento de Paulo Freire (1970 apud BRASIL, 2014, p. 20) que denomina este tipo de proposta como “educação bancária”¹⁰. Desta maneira, a construção democrática do conhecimento, ou seja, em conjunto, permite uma maior aproximação entre os responsáveis das instituições e os grupos que possuem e produzem os processos culturais. A partir dessa lógica, o documento ressalta que esse processo é um método que permitirá o reconhecimento da pluralidade da cultura e da característica local do grupo, utilizando-se de vastas metodologias didáticas e cenários pedagógicos que se constroem na coletividade.

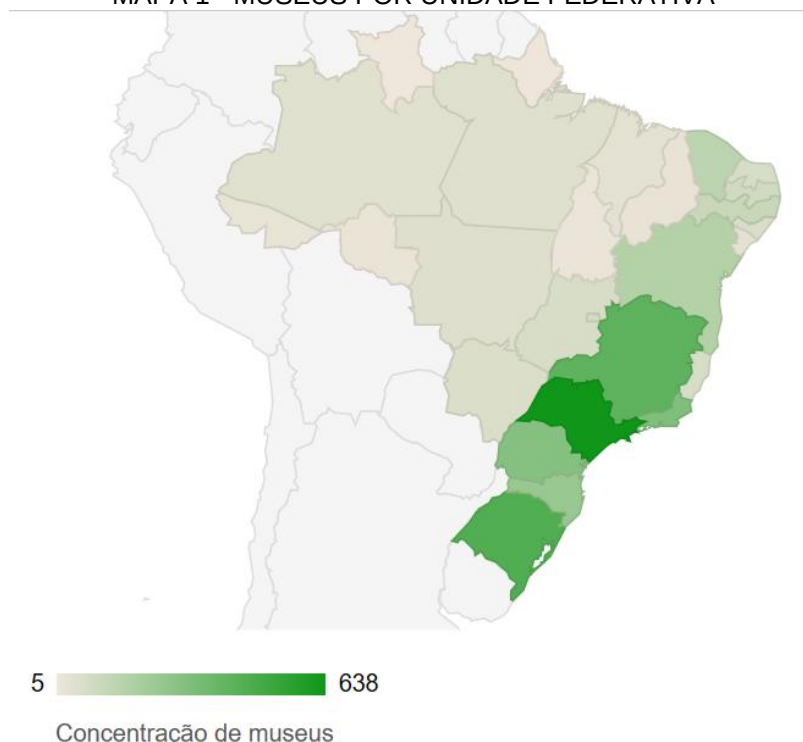
Mesmo com documentos publicados nos últimos dois anos que definem direções para as práticas educacionais dos museus, as ações que ocorrem em museus pelo Brasil são muito próximas na forma do desenvolvimento, isso se deve pela construção em conjunto. No próximo capítulo desta pesquisa será exposto ações educativas de cinco museus brasileiros e, depois, será realizado a reflexão sobre as mesmas.

¹⁰ FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Edições Paz e Terra, 1970.

4 AÇÕES EDUCACIONAIS NO ESPAÇO MUSEAL

O objetivo deste capítulo foi refletir sobre as experiências educativas em museus do Brasil, nesta direção destacamos uma proposta educativa ocorrida no museu por região brasileira. O mapa a seguir foi organizado pelo Instituto Brasileiro de Museus a partir do Cadastro Nacional de Museus, foi construído o mapa de “Museus por Unidade Federativa”, a última atualização foi do dia 05 de dezembro de 2015:

MAPA 1 - MUSEUS POR UNIDADE FEDERATIVA



Fonte: IBRAM (2015).

Como pode-se observar, no Brasil a concentração de museus está localizada nos Estados de São Paulo (638), Rio Grande do Sul (459), Minas Gerais (413), Rio de Janeiro (316), Paraná (300) e Santa Catarina (246). Os estados com menos museus são: Roraima (5), Amapá (9), Tocantins (15), Rondônia (20), Acre (24) e Piauí (26). Logo, fez-se a opção por estudar todas as regiões brasileiras, não somente os Estados com o maior número de museus que consequentemente, poderiam apresentar maiores publicações sobre propostas educativas em museus.

Para a presente pesquisa foram escolhidos para a descrição os seguintes museus: no Amazonas o Museu Amazônico; no Ceará o Museu do Ceará; em Goiás o Museu de Morfologia da Universidade Federal de Goiás; em São Paulo a

Pinacoteca do estado e no Rio Grande do Sul o Museu da Universidade Federal do Rio Grande do Sul¹¹. A escolha foi devido a intenção de abranger ações de todo o território brasileiro, e não somente das regiões com as maiores concentrações de museus.

4.1 MUSEU AMAZÔNICO

Patrícia Rodrigues da Silva, professora do Instituto de Ciências Humanas e Letras (ICHL) da Universidade Federal do Amazonas, apresenta em seu artigo “O Museu no Ensino de História: buscando novas possibilidades” de 2010, expõe o trabalho no Museu Amazônico que objetivou ampliar o número de visitantes do museu com o trabalho dos estagiários que atuavam também em escolas em disciplinas de estágio obrigatório da Graduação em História. Segundo ela, houve o convite aos professores(as) destas turmas de estágio para realizarem uma visita a este espaço cultural. A autora construiu um projeto de extensão chamado de “Laboratório de Ensino de História” desenvolvido pelas disciplinas de Estágio Supervisionado e como extensão.

O projeto visou estimular o estudo de como deveria ser a visita das turmas, o que era necessário preparar e como programar o antes e depois. Segundo a autora, a equipe entendeu que a reflexão sobre o espaço museal e a sua exposição deveria se iniciar na sala de aula. Logo os participantes do projeto debateram e discutiram sobre os objetos, questionando a presença e ausências dos objetos dentro da exposição. A autora explica que os estagiários responsáveis pela monitoração das exposições teriam o papel de instigadores durante a visita, logo, deveriam pesquisar sobre o que está exposto, ou seja, eles seriam provocadores de pensamentos para o público escolar visitante.

A autora explica que após os universitários apresentarem o projeto aos professores das escolas onde realizavam estágio houve a acolhida da proposta com animação e interesse. Silva (2010) coloca que na primeira metade do ano de 2010

¹¹ O presente trabalho objetivou uma pesquisa que não incluiu as práticas realizadas pelo Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade Federal do Paraná. Isso se deu devido a intenção do distanciamento para que os objetos de pesquisa fossem de locais diferentes a instituição de graduação. Há o devido reconhecimento do Núcleo de Ações Educativas do MAE-UFPR, este de grande importância para a esfera acadêmica e para a população que visita esse espaço museal.

os estagiários da proposta deveriam tanto observar, quanto contribuir com as aulas de História vivenciadas. Depois seriam desenvolvidos pelos estagiários, unidos aos professores e alunos sugestões para as ações do segundo semestre dentro da visita ao Museu Amazônico. Logo:

Nessas propostas, foram definidos os objetivos da visita, selecionaram a exposição a ser visitada, realizaram visitas ao Museu a fim de se familiarizarem com os materiais e espaços disponíveis, elaboraram estratégias de preparação para os alunos objetivando sensibilizá-los para a observação, para a leitura plástica dos materiais que irão encontrar, bem como apresentaram os conteúdos e conceitos. (SILVA, 2010, p. 356).

A autora explica que, mesmo se tratando de uma proposta em andamento, o projeto apontou de forma positiva a ampliação do saber histórico nas escolas que passaram por esta mediação, pois tem aumentando a curiosidade dos(as) alunos(as) e trazendo interesse às temáticas da disciplina História ao grupo.

4.2 MUSEU DO CEARÁ

Na região do Nordeste brasileiro foram realizadas diversas práticas no Museu do Ceará que Francisco Régis Lopes Ramos apresentou no livro “A Danação do Objeto - o Museu no Ensino de História” (2004). Na prática destacada percebemos a tentativa de aproximar as temáticas do museu ao seu público.

Ramos foi diretor do museu de 2000 até 2007. O autor expôs nesta obra as práticas da instituição, tanto na esfera educativa quanto expositivas e publicitárias. O projeto expositivo em conjunto com ações educativas recebeu o nome de “A cidade no museu e o museu na cidade” que teve como a primeira missão planejar como seria comemorado o Dia das Crianças no museu. As crianças de uma escola pintaram telas que deveriam responder a seguinte questão “o mundo que temos é o mundo que desejamos?” (RAMOS, 2004, p.40).

Segundo o autor essa pergunta radical e simples rendeu quase trezentas telas que se transformaram em um painel “[...] medindo 13 metros de altura e 14 metros de comprimento.” (RAMOS, 2004, p.40). O material foi exposto na fachada do lado esquerdo do Museu do Ceará na comemoração de 12 de outubro, e recebeu o nome de “Cores para o mundo” que estimulou na equipe a vontade de construir novas relações entre os visitantes com o espaço museal.

Na etapa seguinte após a data comemorativa o museu deu continuidade com o projeto na fase “A cidade no museu e o museu na cidade”. Com ela houve a abertura das exposições “Fortaleza: imagens da cidade - homenagem ao cemitério de Raimundo Girão” e “Retratos de Fortaleza”, logo estas foram uma expansão da primeira exposição. Segundo Ramos (2004) na primeira o historiador encarregado do roteiro, Antonio Luiz Filho, construiu uma reflexão acerca do vilarejo que é capital do Estado do Ceará. Além de apresentar a dimensão de violência que o nome original - Forte de Nossa Senhora da Assunção - sugeria, assim como as “cercas elétricas e condomínios fechados.” (RAMOS, 2004, p. 41). Na segunda exposição houve a intenção de expor na parte interna e também externa do espaço. Segundo Ramos (2004, p. 41):

No *hall* de entrada foi composto um mostruário de imagens concentradas entre a virada do século XIX e a década de 1950. Na fachada do prédio, foram penduradas fotografias ampliadas, com até quatro metros de comprimento. Ao fazer ligações do interior com o exterior, a proposta afirmou o seguinte princípio: se o museu guarda objetos, o próprio prédio do museu pode ser um objeto localizado no espaço urbano.

O autor explica que os painéis grandes utilizados chamavam a atenção dos indivíduos que passavam na frente da instituição, fazendo com que algumas destas passarem mais devagar, observando assim o prédio. Criou-se assim “uma política de valorização do patrimônio cultural.” (RAMOS, 2004, p.41). Logo, explicitou-se uma reflexão sobre as mudanças arquitetônicas da cidade. Como ação educativa Ramos (2004) discorre sobre um ato de provocar pela estética da exposição que coloca para quem visita uma atenção maior do urbanismo e suas possibilidades de alteração e de permanências. Para o autor essas fases do projeto:

[...] tentaram reafirmar o sentido do museu na cidade, abrindo certo campo de visibilidade para a própria edificação do museu, transformando-a em objeto exposto na paisagem urbana. (RAMOS, 2004, p. 43).

Além disso, Francisco Régis Lopes Ramos acredita que, ao estudar História o indivíduo deve buscar uma forma de ampliar o conhecimento da memória pessoal, afirma também que a exposição deve ser organizada para promover a participação pelo público de uma programação educativa mais vasta, incluindo a organização de visitas com o acompanhamento de um(a) monitor(a) e o relacionamento entre museu e a sala de aula, como também outros espaços. Logo, seria uma

responsabilidade da instituição museal perpetuar táticas que orientem os(as) professores(as) que levam suas turmas nesse lugar.

O autor explica sua consideração sobre o que a exposição deve permitir aos seus visitantes, a forma de montagem que permita à aqueles a possibilidade de perceber as problemáticas associadas sem necessariamente a orientação dos monitores.

Na educação museal tem-se a competência desenvolvida para equipar o público de forma que este realize a “decifração dos códigos propostos” (RAMOS, 2004, p.26), logo o monitor não precisa ser permanente neste espaço. O autor apresenta a percepção de que à exposição se comunica com aquele que o observa de diversas formas, ou seja, não há a necessidade de recursos que levam a reflexão.

4.3 MUSEU DE MORFOLOGIA

Na região Centro-Oeste foi desenvolvida a ação por João Roberto da Mata, Fabiana Ribeiro da Mata, Paulo César Moreira e Tales Alexandre Aversi-Ferreira e publicada no artigo “Ações Educativas do Museu de Morfologia” (2007). Os autores assumem que a proposta de trabalho foi a organização de visitas guiadas

O Museu de Morfologia (MM) pertence à Universidade Federal de Goiás e suas atividades se iniciaram em 1975 com a iniciativa do Departamento de Morfologia do Instituto de Ciências Biológicas da Universidade Federal de Goiás. Em 1978 na implantação da Pró-reitoria de Extensão foram dinamizados os tipos de ações adotadas para conquistar as pretensões de assegurar uma relação constante entre a “[...] Universidade com o meio no qual esta se insere”, segundo Araújo¹² (apud MATA; MATA; MOREIRA; AVERSI-FERREIRA, 2011, p.188).

A equipe do museu organizou uma possibilidade aos visitantes do MM pela atividade de extensão “A comunidade vai à UFG” ou através de prévio agendamento. As visitas aconteciam da seguinte forma:

[...] foram repassados conteúdos práticos, com exposição oral e visualização de material anatômico, rememorando os aspectos de forma-função dos diversos sistemas orgânicos. Na dinâmica do atendimento, foi-

¹² ARAÚJO, JC. A extensão e a ação cultural na UFG. Extensão e Cultura, 2(1), p. 32-33, 2000.

se passando a ideia da forma e da função dos seres organizados a partir de coleção óssea e de diversas peças anatômicas do acervo universitário. Outros preparados em técnicas diversas permitiram aos alunos visualizar vísceras em técnicas especiais e vasos sanguíneos após a remoção dos tecidos dos órgãos. A Unidade acadêmica dispunha ainda de manequins que representam a Topografia Visceral, permitindo a compreensão de uma imagem corporal humana mais concreta. A particularidade de estruturas também podia ser reconhecida em modelos de vísceras isoladas. (MATA; MATA; MOREIRA; AVERSI-FERREIRA, 2011, p. 190-191)

Segundo os autores, as ações didáticas desse museu buscavam o estímulo da curiosidade do público, permitindo assim a explicação das suas dúvidas, que podem surgir durante a visita. As práticas referem-se à preservação tanto da saúde, quanto do meio ambiente, também foram utilizadas mídias do cotidiano e os interesses regionais. Os autores descrevem que os professores demonstraram interesse no atendimento dos visitantes, associado à ação educativa. Nela, “[...] o visitante tem participação ativa no descobrimento das informações, construindo uma aprendizagem efetiva e mais duradoura, independentemente de sua faixa etária.” (MATA; MATA; MOREIRA; AVERSI-FERREIRA, 2011, p.191).

O programa de extensão que o MM pratica foi planejado para ser significativo aos seus participantes, buscando assim, perpetuar ações que promovam a cidadania e a educação. Ampliando o conhecimento em relação as funções e formatos do corpo humano, passa a existir a possibilidade de autoconhecer-se para o auto cuidar-se, logo nessa metodologia do MM foi exibido, também, o corpo humano e dos animais em múltiplas situações, ajudando na construção da própria identidade.

A partir dessas práticas segundo os autores foi exposto que a partir da relação dos visitantes com a exposição as questões sobre o assuntos eram respondidos, ajudando assim, na alteração da forma com que eles interagiram com o próprio corpo. Esse tipo de relação alterou-se e modificou-se ao decorrer do tempo. Logo, o MM trata e um assunto na área da Ciência Biológica que dialoga com um passado, ou seja, com a História.

4.4 PINACOTECA DO ESTADO DE SÃO PAULO

A prática educativa que apresentamos em relação a região Sudeste brasileira é a Pinacoteca do estado de São Paulo descrita por Mila Chiovatto, no artigo “Ação Educativa: Mediação Cultural em Museus” (2010). A autora expõe as

ações educativas que visam aproximar o público da exposição, assim como, aumentar a quantidade de visitantes com o projeto de acessibilidade para deficientes e para crianças que moram em áreas de vulnerabilidade social.

Por meio do artigo a autora expõe que o Núcleo de Ação Educativa (NAE) na Pinacoteca do Estado de São Paulo surgiu em 2002 e partiu da incumbência “[...] de construir uma atuação potente em educação, tendo como objetivos aprofundar a fruição e a compreensão das obras pertencentes ao rico acervo desta instituição a públicos cada vez mais amplos, variados e frequentes.” (CHIOVATTO, 2010, s/p.).

Segundo a autora os programas são desenvolvidos para um público diverso. As visitas educativas estão disponíveis para os grupos que agendam previamente, tendo como diferencial a realização de atividades lúdico-educativas denominadas propostas poéticas, que tem como objetivo criar situações de aprendizagem de âmbito mais concreto e vivencial, complementando as leituras de imagem realizadas nas visitas à exposição de longa duração. Também são realizados encontros preparatórios para professores, que visam dar subsídios pedagógicos acerca de conceitos de patrimônio e arte, por meio da análise e estudo de obras do acervo da Pinacoteca e de algumas de suas exposições temporárias.

Estas propostas buscam desenvolver junto aos professores a autonomia de criação de seu próprio projeto pedagógico, incentivando o gosto pela frequência cultural, revelando a importância do patrimônio e da arte como recursos educativos potentes para gerar processos inclusivos no âmbito da cultura.

Nesse museu Chiovatto explica que há a utilização de diversos recursos, dentre eles estão as Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), a instituição possui um Espaço Virtual Pedagógico, esse visa construir uma interdisciplinaridade dentro do espaço museal de diversas ciências com a estruturação e desdobramento de projetos em educação formal. Mila Chiovatto (2010, s/p.) apresenta a estruturação deste espaço que se divide em “[...] três grandes blocos com banco de textos e links para referência de pesquisa dos professores;”. Encontram-se disponíveis para *download* os materiais pedagógicos construídos pela Pinacoteca do Estado de São Paulo, é mantido um fórum para o debate e aconselhamento de projetos pedagógicos.

A partir do ano de 2003 o NAE passou a desenvolver o Programa Educativo Públicos Especiais (PEPE), esse atendimento era destinado aos visitantes que possuíam de deficiências físicas, mentais ou sensoriais, ocorre com a aproximação

deste grupo ao que está exposto utilizando-se de recursos multissensoriais. Chiovatto (2010) explica que também foi possível a visita educativa a obras selecionadas que são modificadas para a promoção da acessibilidade, inclusive o museu realiza adaptações com publicações em LIBRAS para a comunidade surda e para os cegos são criados em Braille. Além disso, o áudio-guia implementado na Galeria Tátil de Esculturas originadas do acervo museal promove a autonomia durante a visita.

Chiovatto (2010) apresenta o Programa de Inclusão Sociocultural (PISC) que objetiva a promoção do acesso de qualidade aos patrimônios culturais da Pinacoteca do Estado. Para a autora poderão ser promovidas transformações significativas tanto no cotidiano dos participantes quanto para a criação de um novo público nos museus. Além de diversas ações e parcerias para promover o programa, também foi publicado um material pedagógico para os educadores sociais, este foi distribuído de forma gratuita a duas mil instituições sociais brasileiras. No momento atual a autora destaca as “atividades extramuros” que buscam a aproximação do museu e de grupos de adultos em situação de rua; nestes momentos são desenvolvidos “[...] oficinas de xilogravura e criação de texto e visitas sistemáticas ao museu.” (CHIOVATTO, 2010, s/p.). Todos esses processos tiveram como resultados as publicações dos catálogos e cadernos com textos que refletiam sobre a inclusão nesse espaço.

As publicações enviadas às escolas têm o intuito de distribuir um recurso para a mediação na prática pedagógica fora do museu, apresentando situações que tratam do patrimônio para analisar, perceber e interpretar imagens ligadas à obras de arte. Segundo Chiovatto, aproximadamente 6.000 exemplares foram distribuídos para a rede pública do Estado de São Paulo, ou seja, nos colégios estaduais. Este material serve de apoio ao(as) professores(as) possam planejar a sua prática pedagógica desenvolvida em sala e/ou no museu, esta ferramenta também foi construída pelo Núcleo de Ação Educativa que baseou-se no próprio acervo de obras da Pinacoteca do Estado de São Paulo. Além disso, a autora expõe que houve a criação para as visitas de grupos escolares os “materiais exploratórios”, esses tinham o formato de:

[...] cartões postais duplos para estudantes do ensino médio, trazendo questões interpretativas no verso; e para alunos do ensino fundamental um “manual de curiosos” para incentivar o ato de descobrir as possibilidades de

percepção, análise e interpretação do patrimônio e da arte. Para o público espontâneo em visita, foram desenvolvidos vários recursos para garantir a autonomia da visita tais como jogos para visitas familiares, guias de autovisita chamados Para Saber Mais e etiquetas comentadas. (CHIOVATTO, 2010, s/p.)

A autora explica que embora as ações educativas sejam formuladas no formato de programas autônomos e que organizam propostas aos diversos públicos, eles atuam de forma cooperativa e realizam constantes trocas das experiências pedagógicas. Chiovatto finaliza expondo que devido à estrutura atual do NAE e o envolvimento dos participantes, tornou-se visível a crucial função social das instituições culturais ao esforçarem coletivamente na construção da igualdade no âmbito social.

4.5 MUSEU DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Na região Sul, a prática apresentada está descrita no artigo de Gabriela Correa da Silva: “Ação Educativa em Museus: Uma experiência no Museu da UFRGS” (2014). A autora expõe que o Museu da Universidade Federal do Rio Grande do Sul contribui para a relação entre universidade e a sociedade local, tentando assim, apresentar com a linguagem museológica a reserva do museu, essa foi constituída dentre:

[...] fundos documentais provenientes da Comissão de História que, ao longo da década de 1980, reuniu documentação relativa à memória acadêmica, principalmente da antiga Faculdade de Filosofia da UFRGS. Acervos de imagens resultantes de projetos de pesquisa, relacionados à memória social de Porto Alegre e do Rio Grande do Sul, desenvolvidos na década de 1990, também aparecem, bem como doações de particulares e de outras instituições. (SILVA, 2014, p. 112).

Seguindo os objetivos delimitados e o planejamento das suas ações, as montagens das exposições no Museu da UFRGS buscam ir além das estratégias utilizadas pelas instituições educativas que utilizam livros didáticos, segundo a autora.

Gabriela Correa da Silva apresenta as ações educativas que receberam o título “Meu Bairro, Muitas Memórias”, ela “Foi desenvolvida com o objetivo de abordar assuntos como o conceito de patrimônio cultural e de sensibilizar os estudantes para a temática.” (SILVA, 2014, p.114). No primeiro momento da

programação os visitantes realizariam a visitação da exposição e após isso, seria realizado a oficina. Durante a visita os(as) estudantes conheciam as diferentes narrações construídas pela memória dos moradores do bairro Bom Fim, esses eram tanto famosos quanto desconhecidos.

Quando os(as) participantes se dirigiram para o local da oficina, Silva coloca que havia um ambiente preparado para causar uma sensação acolhedora, luz baixa e almofadas no chão, com uma pergunta projetada na parede: “O que é patrimônio cultural?”. Segundo a autora foi organizado dessa forma para romper com a tradição do museu como um local constrangedor e remoto. Iniciando a proposta com a pergunta exposta, eram realizados três momentos distintos: “A descoberta, o laboratório e o desafio.” (SILVA, 2014, p.114). No primeiro o objetivo era proporcionar aos partícipes “a compreensão do conceito de patrimônio cultural” (SILVA, 2014, p. 114) assim os participantes entenderiam o conhecimento do local que moram e suas memórias; também a oficina apresenta o patrimônio coletivo que se amplia, sendo assim, aqueles que visitaram se interessaram na compreensão de que “[...] o ato de consagrar um bem passa por uma escolha que tem suas condicionantes.” (SILVA, 2014, p. 114).

Segundo a autora era importante refletir com o grupo sobre os objetos ou monumentos enaltecidos como patrimônio histórico/cultural que sempre passa por uma “seleção” do que deve ser exposto, observado como tal. A conversa realizada com o grupo, neste momento da oficina foi proveitosa com diversas dúvidas sanadas e discutidas, segundo Silva (2014).

No terceiro momento foi solicitado um desenho de algo considerado um patrimônio cultural de seu bairro,

O objeto desenhado deveria ser: 1. Conhecido entre os moradores do bairro; 2. Se patrimônio intangível, representar um saber, celebração, forma de expressão e/ou lugar significativo cultural local; 3. Se patrimônio tangível, representar algum prédio ou monumento com o qual os moradores se identificassem. (SILVA, 2014, p.116)

As produções dos participantes foram muito amplas, no desenho de objetos e lugares que para esses atendiam o que foi pedido. No encerramento deste momento, cinco desenhos eram apresentados pelos seus autores. Após, Silva (2014, p.117) explica que ao final os partícipes receberam um crachá que os

identificavam como “Educador para o patrimônio”, também foi entregue um certificado com o seguinte texto:

Conferimos o presente certificado a _____ pela participação na oficina Meu Bairro, Muitas Memórias, realizada no Museu da UFRGS. Atestamos o grau de educador para o patrimônio, bem como o dever de transmitir os conhecimentos adquiridos na oficina em suas respectivas comunidades.

Porto Alegre, 2011/01.

A autora apresenta que a eficácia de toda a oficina se deu pelo fato de que foi reconhecido todo o conhecimento prévio dos(as) participantes, assim como, o conhecimento adquirido pela visita e oficina. Ou seja, ocorreu um efeito de motivá-los a divulgar o que foi aprendido neste espaço e estimulou-se a projeção de retorno ao espaço. Silva (2014) destaca que partindo de indagações foram produzidos os conhecimentos dentro da oficina com a participação ativa dos participantes.

Nas experiências educativas descritas neste capítulo percebeu-se a busca de ações provedoras de maior envolvimento de seu público que o visita.

5 ANÁLISE DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NO ESPAÇO MUSEAL

A partir das propostas apresentadas pode-se perceber que elas tiveram como objetivo estimular as reflexões acerca dos assuntos expostos. No Museu Amazônico o trabalho ocorreu entre os estagiários do museu nas escolas, foram realizados trabalhos antes, durante e após a visita, juntamente com os(as) professores(as) das turmas. No Museu do Ceará houve uma montagem permitindo que o público fosse tomado visualmente com o formato da exposição, logo os próprios visitantes tiveram a oportunidade de serem agentes criadores do seu conhecimento. Ou seja, eles mesmos entenderam a intenção do objeto exposto.

Em Goiás, o Museu de Morfologia em seu programa de extensão foram planejadas as visitas guiadas para tornar-se significativo a experiência para aqueles que visitavam o MM. Buscou-se a promoção de reflexões sobre o cuidado de si e do meio em que vive.

Na Pinacoteca do Estado de São Paulo foram criados materiais pedagógicos para ampliar os conhecimentos sobre a exposição, há também o Programa Educativo Públicos Especiais (PEPE) que adapta e cria encaminhamentos para abranger os(as) visitantes com qualquer tipo de deficiência; não obstante há o Programa de Inclusão Sociocultural (PISC) que promove visitas de crianças que, por entre diversos motivos, não conseguiriam visitar esse espaço cultural devido a sua realidade econômica-social.

Por isso, porém não menos importante, o Museu da Universidade Federal do Rio Grande do Sul realizou uma prática dentro da temática do bairro do Bom Fim de Porto Alegre, nesta visita e oficina seus participantes tiveram a oportunidade de discutir as questões que envolvem o Patrimônio Histórico, assim como proporcionou que eles fossem empoderados a compartilhar os conhecimentos adquiridos no local ao mundo externo.

5.1 A FUNÇÃO DO PEDAGOGO NO ESPAÇO MUSEAL

Ao que se trata do pedagogo dentro deste espaço não-escolar, para Novossate e Siqueira (2017, p.18):

O pedagogo é responsável pela ligação entre a educação formal e a não formal, dentro do próprio museu, fazendo discussões, trocas de experiências, reflexões sobre diversos assuntos, entre outros. Também pode organizar eventos, exposições e ações pedagógicas para os alunos que visitarem o museu, assim fazendo uma intervenção adequada para a faixa etária desses alunos.

Dentro dos exemplos de práticas educativas no território brasileiro, não foi citado em nenhum momento a presença ou acompanhamento de pedagogos(as) nos planejamentos e ações. Porém dentro da realidade brasileira temos a presença moderada de setores que voltam-se as ações educativas, segundo a publicação do Ministério da Cultura e do Instituto Brasileiro de Museus, “Museus em Números” (2011, p.119):

De acordo com o dados do CNM, aproximadamente a metade dos museus cadastrados (48,1%) possui um setor específico para ações educativas (Gráfico 43). Salienta-se, contudo, que a existência de um setor dedicado ao planejamento, desenvolvimento e à realização de atividades educativas, embora importante, não é determinante para a realização dessas ações.

Logo, com um setor ainda em expansão nos museus a sua organização é feita por em sua maioria museólogos(as), historiadores(as), arqueólogos(as), etc. Este fato não deturpa a qualidade das ações promovidas por este setor, porém o envolvimento do profissional da pedagogia acrescentaria de forma positiva na forma com que são organizadas as práticas educativas, pois este profissional age no contexto social diverso que vivemos e este poderia auxiliar nas criações de práticas educativas que ocorrem no museu para aproximar a sociedade de momentos formadores(educativos). Sobre a profissão de pedagogo(a) Saviani ainda coloca que:

Pedagogo é aquele que possibilita o acesso à cultura, organizando o processo de formação cultural. É, pois, aquele que domina as formas, os procedimentos, os métodos através dos quais se chega ao domínio do patrimônio cultural acumulado pela humanidade. E como o homem só se constitui como tal na medida em que se destaca da natureza e ingressa no mundo da cultura, eis como a formação cultural vem a coincidir com a formação humana, convertendo-se o pedagogo, por sua vez, em formador de homens. (SAVIANI, 1985, p.27).

Sendo assim para este autor o pedagogo deveria ocupar cargos não somente na escola, mas também fora dela. Espaços esses que promovem diversas culturas.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho foi refletir sobre a função social dos museus no Brasil apontando algumas atividades educacionais que o espaço pode oferecer aos visitantes além dos estudantes, fundamentado pelos(as) autores(as) pesquisados. Com base nos exemplos expostos na presente pesquisa, foi possível apontar algumas considerações. Inicialmente observa-se uma grande mudança na função social e educativa do espaço museal no território brasileiro. Ou seja, as medidas regulamentadoras da mesma têm buscado apoiar novas formas do espaço se comunicar com o seu público. Também observou-se que as práticas apresentadas pelos pesquisadores(as) citados se caracterizam tanto na produção quanto na realização de ações educativas expõem a necessidade de diálogo e pesquisa na área da educação sobre o patrimônio histórico e científico para ampliação do alcance e acesso daqueles que o visitam, ou seja, o seu público.

As exemplificações destas ações apresentadas foram frutos de uma pesquisa bibliográfica e seleção partindo do pressuposto de que cada região do Brasil deveria ser representada por uma ação educativa ocorrida no museu. Entre eles, percebeu-se a diversidade de publicações que retratam tais ações no espaço museal advindas de historiadores(as), museólogos(as) e arqueólogos(as), porém também percebeu-se a pouca produção de bibliografias por pedagogos(as) que buscam discutir o assunto da educação museal.

Por fim, mesmo se tratando de um espaço pouco ocupado por pedagogos(as), conseguiu-se ter um grande ganho na reunião e análise das propostas que, mesmo sendo realizadas antes do Plano Nacional de Educação Museal (2018) lançado pelo Instituto Brasileiro de Museus, as práticas comprovaram-se estimulantes e auxiliaram para fomentar um museu mais acessível aos visitantes. Esse mesmo documento foi construído por todos aqueles que atuam em museus, deste modo o IBRAM demonstra a sua concepção de que a publicação em questão tinha que ser construído pelos profissionais da área.

Também foi possível conhecer melhor os recursos pedagógicos que o museu se utiliza nas ações educativas e os processos para realizá-los. Pelo recolhimento de materiais da área museal, houve a oportunidade de aprofundar-se no campo da museologia e refletir sobre as contribuições que os(as) pedagogos(as) teriam neste local. Futuramente poder-se-ia abranger as possibilidades do tema

poderia consistir em uma análise das práticas educativas segundo a “Política Nacional de Educação Museal” (2017) do Instituto Brasileiro de Museus. Também se pode discutir o número de pedagogos(as) neste espaço ou a falta dos mesmos. Mesmo tratando-se de um espaço não escolar foi compreendida a sua função educativa que dialoga com a população de diversas idades em um ambiente de lazer e aprendizado.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Adriana Mortara; VASCONCELLOS, Camilo de Mello. Por que Visitar Museus. In.: BITTENCOURT, Circe (org.). **O Saber Histórico na Sala de Aula**. São Paulo: Editora Contexto, 1997. p. 104-116.

BRASIL. **Política Nacional de Museus**. Instituto do Patrimônio Artístico e Histórico Nacional. Brasília, DF: 2007. Disponível em: <https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2010/01/politica_nacional_museus.pdf>. Acesso em 4 de set. 2018.

BRASIL. **Plano Nacional Setorial de Museus - 2010/2020**. Ministério da Cultura, Instituto Brasileiro de Museus - MinC/Ibram. Brasília, DF: 2010. Disponível em: <www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2012/03/PSNM-Versao-Web.pdf>. Acesso em 4 de set. 2018.

BRASIL. **Museus em Números - Volume 1**. Ministério da Cultura e Instituto Brasileiro de Museus. Brasília: 2011. Disponível em: <http://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2011/11/museus_em_numeros_volume1.pdf>. Acesso em 2 de dez. 2018.

BRASIL. **Educação Patrimonial Histórico, conceitos e processos**. Instituto do Patrimônio Artístico e Histórico Nacional. Brasília, DF: 2014. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Educacao_Patrimonial.pdf>. Acesso em 4 de set. 2018.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Museus. **Museus por Unidade Federativa**. 05 de dezembro de 2015. Disponível em: <<http://sistemas.museus.gov.br/cnm/pesquisa/filtrarUf>>. Acesso em 4 de set. 2018.

BRASIL. **Subsídios Para a Elaboração de Planos Museológicos**. Instituto Brasileiro de Museus. Brasília, DF: 2016. Disponível em: <<https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2017/08/SubsidiosPlanosMuseologicos.pdf>>. Acesso em 4 de set. 2018.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Museal**. Instituto Brasileiro de Museus. Brasília, DF: 2017. Disponível em: <<https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2017/06/Documento-Final-PNEM1.pdf>>. Acesso em 4 de set. 2018.

BRASIL. **Caderno da Política Nacional de Educação Museal**. Instituto Brasileiro de Museus: Brasília, 2018. Disponível em: <<https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2018/06/Caderno-da-PNEM.pdf>>. Acesso em 4 de set. 2018.

CÂNDIDO, Manuelina M^a Duarte; AIDAR, Gabriela; MARTINS, Luciana Conrado. A Experiência Museal: Discutindo a Relação dos Museus com seus Visitantes na Contemporaneidade. **Revista do programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade de Brasília**. Museologia & Interdisciplinaridade, Volume II, nº6, març/abril, p.p. 308-314. 2015. Disponível em:

<<http://periodicos.unb.br/index.php/museologia/article/viewFile/16633/11922>>. Acesso em 4 de set. 2018.

CHIOVATTO, Mila. **Ação Educativa: Mediação Cultural em Museus**. Jornadas culturais. Centro de Memória Fundação Bunge. Museu para Todos. São Paulo. 2010. Disponível em: <http://museu.pinacoteca.org.br/wp-content/uploads/sites/2/2017/01/MILA_CHIOVATTO_acao_educativa_mediacao_cultural_em_museus.pdf>. Acesso em 4 de set. 2018.

COSTA, Júlio César Virgínio da. O Ensino de História Mediado pelo Museu: tempos, conceitos e patrimônio. **XVIII Encontro Regional (ANPUH MG)**. Minas Gerais, 2012. Disponível em: <http://www.encontro2012.mg.anpuh.org/resources/anais/24/1339765780_ARQUIVO_ensino_de_historia_mediado_pelos_museus_tempos_conceitos_patrimonio_anpuh_2012_doc.pdf>. Acesso em 7 de set. 2018.

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e Pedagogos, para Quê?** 4. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamaso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Rev. Katál. Florianópolis**. v. 10 n. esp. 2007. p. 37-45. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rk/v10nspe/a0410spe.pdf>>. Acesso em 10 de set. 2018.

MARTINS, Luciana Conrado. Dinâmicas do Campo Recontextualizador Oficial no Funcionamento das Ações Educacionais dos Museus. **34a. Reunião da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação/Anped**. Rio de Janeiro: ANPed, 2011. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/51948/mod_resource/content/1/texto/Texto%20Martins%2C%20L.%20%20Anped.pdf>. Acesso em 7 de set. 2018.

MARTINS, Luciana Conrado. Como é Criado o Discurso Pedagógico dos Museus? Fatores de Influência e Limites para a Educação Museal. **Revista do programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade de Brasília**. Museologia & Interdisciplinaridade Volume II, nº6, març/abril, p. 49-68. 2015. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/museologia/article/viewFile/14927/10702>>. Acesso em 7 de set. 2018.

MATA, João Roberto da; MATA, Fabiana Ribeiro da; MOREIRA, Paulo César; AVERSI-FERREIRA, Tales Alexandre. Ações Educativas do Museu de Morfologia. **Revista Universidade Federal de Goiás**. Goiás. Ano XIII nº 11. Dezembro de 2011. Disponível em: <https://www.proec.ufg.br/up/694/o/11_resenha_acoes.pdf>. PINTO, Maria Helena. Evidências Patrimoniais Para a Educação Histórica: Uma experiência educativa no Centro Histórico de Guimarães. **Currículo sem Fronteiras**. São Paulo. v.7, n.1, jan/jun, p.171-185. 2007. Disponível em: <www.curriculosemfronteiras.org/vol7iss1articles/pinto.htm>. Acesso em 4 de set. 2018.

NOVOSSATE, Suzele; SIQUEIRA, Taynara Alves de. **Formação Acadêmica em Pedagogia: Concepções dos Alunos da Universidade Federal Do Paraná.** Trabalho de Graduação (Licenciatura em Pedagogia) - Setor da Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017. p.1-30. Disponível em: < <http://www.pedagogia.ufpr.br/tcc2017.html>>. Acesso em 4 de dez. 2018.

RAMOS, Francisco Régis Lopes. **A danação do objeto: o museu no ensino de história.** Fortaleza: Editora Argos, 2004.

SAVIANI, Dermeval. **Sentido da Pedagogia e papel do pedagogo.** In: Revista Ande, São Paulo: Cortez, n.9, p.27-28, 1985.

SCHEINER, Tereza Cristina. Repensando O Museu Integral: Do Conceito Às Práticas. Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum, Belém, v. 7, n. 1, p. 15-30, Jan.-Abr. 2012. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/bgoeldi/v7n1/a03v7n1.pdf>>. Acesso em 2 de dez. 2018.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora. Os Significados do Passado na Aprendizagem e na Formação da Consciência Histórica de Jovens Alunos. In: **Educação histórica: teoria e pesquisa.** Ijuí: Editora Unijuí, 2011, p.p. 81-90. Acesso em 4 de set. 2018.

SILVA, Gabriela Correa da. Ação Educativa em Museus: Uma experiência no Museu da UFRGS. In.: GIL, Carmem Zeli de Vargas; TRINDADE, Rhuan Targino Zaleski (ORG.). **Patrimônio Cultural e Ensino de História.** Porto Alegre: Edelbra, 2014. p. 111-122.

SILVA, Patrícia Rodrigues da. O Museu No Ensino De História: Buscando Novas Possibilidades. **Caderno de Pesquisa Cdhis**, Uberlândia, v.23, n.2, jul./dez. 2010, p.p. 349-358. Disponível em: < <http://www.seer.ufu.br/index.php/cdhis/article/view/8023>>. Acesso em 4 de set. 2018.